

**Ata nº 7/2021**  
**29 de outubro de 2021**



----- Aos vinte e nove dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, pelas quinze horas, reuniu o Conselho Geral (CG) do Instituto Politécnico de Coimbra (IPC), em sessão ordinária, na Escola Superior Agrária de Coimbra, presidido pela sua Presidente, Maria Manuel Leitão Marques. -----

----- Estiveram presentes os conselheiros que assinaram a folha de presenças anexa a esta ata (Doc. 1) e, na qualidade de convidados e sem direito a voto, o Presidente do IPC (PIPC) Jorge Conde, o Presidente da Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC), João Noronha, e o Presidente da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra (ESTeSC), João José Joaquim. Participaram ainda na reunião, por videoconferência (<https://videoconf-colibri.zoom.us/j/87800310986>) os conselheiros, Carlos Santos, Eugénia Devile e Mariana Nunes, e, na qualidade de convidados e sem direito a voto, o Presidente da Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC), Rui Antunes, a Presidente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital (ESTGOH), Vera Cunha, e o Presidente do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCAC), Pedro Costa. Justificaram a sua ausência, até à hora de início da reunião, os conselheiros Adalberto Campos Fernandes, António Leal, Lídia Pereira, Madalena Abreu, Pedro Machado, Regina Pinto, e Tiago Estevão Martins (Doc. 2). -----

----- A ordem de trabalhos (OT) foi a seguinte: -----

----- **A) INFORMAÇÕES:** -----

----- **Ponto 1 – Informações;** -----

----- **B) DELIBERAÇÕES:** -----

----- **Ponto 2 – Apreciação da proposta de valor de propinas para o Mestrado em Cidades Inteligentes e Sustentáveis;** -----

----- **Ponto 3 – Apreciação do Plano Estratégico de Médio Prazo e Plano de Ação para o quadriénio do mandato do Presidente do IPC;** -----

----- **C) OUTROS ASSUNTOS:** -----

----- **Ponto 4 - Outros assuntos.** -----

----- Verificando-se a existência de quórum, a Presidente do Conselho Geral (PCG), Maria Manuel Leitão Marques, cumprimentou os conselheiros e deu início à sessão. -----

----- **A) INFORMAÇÕES** -----

----- **Ponto 1 – Informações.** A PCG deu a palavra ao PIPC que fez o ponto da situação da candidatura do IPC ao Programa Impulso Jovem STEAM e Impulso Adultos, dando conta que o IPC apresentou a candidatura na 1ª fase do Programa, conciliando a pesquisa feita na nossa área de inserção territorial

com a oferta formativa das Escolas do IPC, uma candidatura no valor de 24 milhões de euros, com ações de formação divididas entre CTeSP, Pós-Graduações e Microcredenciações. O IPC passou à 2ª fase, tendo sido chamado para a negociação, que constou de ser informado do número de candidaturas entradas e das mesmas ficarem condicionadas ao rateio da verba disponível no Programa. Foi proposto adaptar a candidatura para seis milhões, com o que o IPC não concordou, tendo apresentado uma proposta de oito milhões e duzentos mil euros, que nos pareceu o mínimo possível para permitir manter alguma coerência nas ações de formação propostas - tendo sido mantidas todas as ações de formação, reduzindo o número de edições -, e também a renovação e construção das infraestruturas necessárias. Ainda não houve resposta, sendo esta esperada até ao final da semana, o que significa que, em circunstâncias normais, irá ser cumprido o calendário do Programa, prevendo-se que todo o processo esteja concluído até ao final do ano para começar a executar a candidatura em janeiro.

----- **B) DELIBERAÇÕES:** -----

----- **Ponto 2 – Apreciação da proposta de valor de propinas para o Mestrado em Cidades Inteligentes e Sustentáveis.** A PCG deu a palavra ao PIPC para apresentar este ponto. O PIPC informou que a proposta para as propinas do curso, validada em Conselho de Gestão, é de €1.050,00 (mil e cinquenta euros) para cada ano letivo (Doc. 3). De seguida a PCG deu a palavra aos conselheiros. Interveio o conselheiro Silvino Capitão, que propôs que a propina tivesse um valor diferente no 2º ano dado ser um Mestrado de 90 ECTS. Debatido o assunto, o PIPC propôs o valor de €750,00 (setecentos e cinquenta euros) para a propina do 2º ano do Mestrado. Colocada a votação, a proposta de valor de propinas para o Mestrado Europeu em Cidades Inteligentes e Sustentáveis, de €1.050,00 (mil e cinquenta euros) para o 1º ano e de €750,00 (setecentos e cinquenta euros) para o 2º ano foi aprovada com vinte e dois votos a favor e a abstenção da conselheira Rosário Gambôa que entrou na reunião no momento em que decorria a votação.

----- **Ponto 3 – Apreciação do Plano Estratégico de Médio Prazo e Plano de Ação para o quadriénio do mandato do Presidente do IPC.** A PCG deu a palavra ao PIPC que fez a apresentação do Plano Estratégico e Plano de Ação para o quadriénio do seu mandato (Doc. 4). No início da apresentação entrou na reunião a conselheira Fernanda Antunes e no decorrer da apresentação o conselheiro Jorge Barreiros. A PCG recordou os membros presentes que a aprovação do Plano Estratégico (PE) carece de parecer dos Elementos Externos (EE) do CG, e agradeceu ao conselheiro José Manuel Portugal pela elaboração do parecer, o qual foi aprovado por unanimidade dos EE (Doc. 5). A PCG referiu que há preocupações espelhadas na estratégia da A3ES até 2024 que não estão suficientemente refletidas no nosso plano e sobre as quais devemos pensar: a importância da reformulação das metodologias pedagógicas de ensino e de aprendizagem, a ideia de oferecer aos nossos estudantes não apenas um ensino de qualidade mas

um ensino de qualidade ministrado num ambiente de bem estar, a inserção precoce e ativa dos estudantes no meio empresarial, a inserção dos estudantes nos projetos de investigação, a incorporação de novas matérias e a desativação de matérias obsoletas, a criação de ciclos de estudos multidisciplinares, o reforço das competências transversais, a incorporação de objetivos ambientais que se reflitam nos conteúdos do que ensinamos, a questão digital que se reflete nas componentes de todos os cursos, na forma como ensinamos e investigamos e na organização administrativa. A PCG salientou ainda duas questões que foram referidas na apresentação do PE e que a preocuparam: a dificuldade dos estrangeiros que não entram no país por causa dos vistos, e a questão das vagas não ocupadas para a mobilidade, considerando que este assunto merece uma reflexão mais aprofundada para estudar o motivo porque acontece e para pensar o que é que pode ser feito para incentivar as pessoas. Seguidamente a PCG deu a palavra aos conselheiros para que se pronunciassem sobre o assunto. -----

Interveio o conselheiro Fernando Belfo que referiu subscrever o parecer dos EE sobre o PE, documento que considera muito sólido, bem construído, estruturado, um bom documento para nos guiar para os próximos quatro anos, com objetivos ambiciosos e quantificados. O conselheiro referiu ainda partilhar dos comentários muito pertinentes da PCG. Relativamente ao objetivo nº 1 do PE, reconhece que em termos de licenciaturas é difícil aumentar o número de alunos, mas que no caso dos mestrados pensa que poderíamos ir um pouco mais longe, e que esta questão tem a ver com o objetivo nº 2 – melhorar a oferta formativa e a qualidade do ensino -, onde devíamos ter mais um indicador que verdadeiramente pudesse medir a qualidade do ensino, incorporando a opinião dos empregadores sobre tendências de mercado e a adequação dos conteúdos programáticos, e que devia ser feito um esforço para antecipar a análise da empregabilidade. No que diz respeito ao objetivo nº 5 - promoção da participação em redes e plataformas colaborativas, considera que a meta fixada para os novos centros de investigação é ambiciosa e que é importante a questão dos incentivos aos docentes para a atingir. Quanto ao objetivo nº 6 – promoção da inovação e do empreendedorismo, sugeriu que podíamos construir um indicador nosso em vez de utilizar o indicador do IEFP. Relativamente ao objetivo nº 9 – aumentar a flexibilidade da organização e a eficiência de gestão, o conselheiro solicitou que o PIPC quantificasse a situação atual da desmaterialização dos processos, tendo o PIPC informado que 50% dos processos já foram desmaterializados. -----

Ausentou-se da reunião o conselheiro Ricardo Rodrigues. -----

A conselheira Carla Matos Silva deu os parabéns pelo PE e pelo parecer dos EE, e referiu os seguintes aspetos que deveriam ser equacionados: definir uma estratégia para incentivar que os alunos se candidatassem a bolsas de investigação, uma vez que ainda não há na cultura IPC esta mentalidade, a

possibilidade de serem criados mestrados abertos, em que cada aluno preenchesse parte do seu plano curricular, e permitir que uma percentagem do plano curricular pudesse ser lecionado à distância. -----

O conselheiro Silvino Capitão referiu acompanhar os comentários elogiosos do documento e manifestou as seguintes preocupações: ser necessário que os professores não sejam tão assoberbados na carga letiva e na diversidade de atuações para que possam responder nos outros aspetos, nomeadamente na produção científica, e, quanto a aumentar o número de estudantes, não estar tão certo que o consigamos, principalmente nos mestrados, sem chegar a novos públicos através de cursos à distância, o que implica montar essa estrutura o mais rápido possível e estabelecer um protocolo com a Universidade Aberta. -----

A conselheira Rosário Gambôa declarou que subscreveu o parecer dos membros externos do CG, que foi apresentado e onde se salienta a boa qualidade do PE. Face à matéria em debate, considera que o que está aqui em causa é algo que não é exclusivo desta instituição, mas de todas as instituições de ensino superior; a sua estrutura é pesada, burocratizada, e os eixos da missão implicam relações sistémicas complexas, onde visões e interesses diversos se cruzam. A sua capacidade de atualização e modernização, em especial no core da instituição – formação e investigação –, é lenta. Como apoiar a concretização do PE e algumas das mudanças que pressupõe? A conselheira entende que a melhor forma do CG ajudar à mudança seria selecionar duas ou três metas, com medidas, acompanhando-as no seu processo de concretização. -----

Ausentou-se da reunião o conselheiro José Sousa. -----

O conselheiro Jorge Barreiros congratulou o PIPC pela apresentação deste plano que considera bem construído. Relativamente à questão do corpo docente, que consta do objetivo nº 12, entende que devia ser considerada a ratio professor/aluno, uma vez que se os professores se aposentarem a média de idades baixa mas também diminui esse ratio. Referiu ainda que a questão da investigação é extremamente importante, mas que o Regulamento de Prestação de Serviço dos Docentes maximiza a carga letiva e que se se pretende incentivar a investigação isso devia estar refletivo no regulamento. ----

O conselheiro Eduardo Natividade deu os parabéns pelo conteúdo do PE e pela coragem em quantificar metas. O conselheiro questionou como é que podemos dar formação à distância, aos alunos que estão longe, dentro do enquadramento legal de acreditação dos cursos. Referiu também achar importante a criação de cursos interdisciplinares, sendo este o melhor caminho para ter a identidade única IPC. Quanto à captação de alunos internacionais considera que devíamos ter um catálogo de unidades curriculares em inglês que pudéssemos oferecer e ir aumentando. Relativamente à investigação, considera muito reduzida a percentagem de docentes integrados em centros de investigação, o que em parte também



justifica a falta de atratividade que os mestrados têm, e entende que o facto de o Regulamento de Prestação de Serviço dos Docentes encostar o número de horas letivas que os docentes têm que dar ao máximo definido pela lei não é um bom caminho para conseguir aumentar a investigação. Referiu ainda que um incentivo e reconhecimento para os docentes era interpretar a disposição que permite a abertura de concursos internos da forma como outros politécnicos interpretaram, contabilizando o tempo de docência como equiparados. O PIPC esclareceu que apenas o Politécnico do Porto fez essa interpretação. O conselheiro José Manuel Portugal salientou a sintonia entre o que ouviu dos conselheiros e o parecer dos EE, que considera um bom sinal para os próximos tempos, sendo que os eixos estratégicos em torno dos quais se propõe que o IPC projete o seu desenvolvimento, adicionados com alguns contributos de hoje, permitem ter um documento sólido que nos prepare para os próximos quatro anos. -----

Ausentou-se da reunião a conselheira Cristina Caridade. -----

A PCG deu palavra ao PIPC que começou por agradecer os contributos dos conselheiros. Referiu que, tal como disse a conselheira Rosário Gambôa, não é possível mudar uma instituição de um dia para o outro, com as limitações estatutárias e financeiras existentes. Quanto à reorganização e reformulação das metodologias pedagógicas, lembrou a nomeação de uma Pró-Presidente há quatro anos nesta área, salientando a falta de abertura que tem havido por parte dos Conselhos Científicos e a resistência que tem havido à mudança. Referiu que temos muitas iniciativas na área do bem-estar, mas não em todas as Escolas, remetendo para as competências estatutárias e para as opções que são feitas em cada Escola, mas considera que tem havido um caminho e que este está vertido no documento. Quanto ao sucesso escolar reforçou o entendimento de que sucesso é os estudantes concluírem o curso e não o de irem trabalhar e deixar o curso, referindo que têm de ser os professores a cativarem os estudantes. Também no que diz respeito à introdução de novas matérias, mais uma vez é trabalho dos professores. Ainda relativamente aos cursos considerou importante reduzir as cargas letivas e, quanto aos cursos interdisciplinares, lembrou que a A3ES tem um modelo completamente fechado que não permite que os estudantes escolham o plano curricular. Quanto ao reforço das competências digitais, o PIPC informou que nada impede que os cursos acreditados possam ter 25% de aulas à distância e que no próximo ciclo de acreditação qualquer instituição de ensino superior vai poder lecionar cursos à distancia, mas alertou que primeiro temos que nos preparar. Relativamente à atração de novos públicos, o PIPC referiu que tem sido feito um esforço tremendo para ir a todos os públicos e tentar captar o máximo de alunos. Quanto à qualidade do ensino e a ligação aos empregadores considera que temos de caminhar nesse sentido, mas que para definir uma meta temos de fazer um estudo prévio. Relativamente à racionalização das unidades curriculares, o PIPC concordou que é preciso fazer essa racionalização, temos que ver se

algumas unidades curriculares não são determinantes para uma licenciatura e podem passar a opções e ver o que estamos a lecionar repetido. Relativamente aos centros de investigação, incentivos e cargas horárias excessivas, o PIPC informou que os primeiros dados da contabilidade analítica, que serão apresentados em breve ao Conselho de Gestão, apontam para uma média de nove horas letivas por semana, e que temos de candidatar projetos que tragam verbas para pagar recursos humanos, não havendo outra forma de reduzir a carga horária para a investigação se não for através de projetos financiados. Quanto à motivação dos bolsiros salientou que para motivar as pessoas temos de ter um projeto concreto do lado de cá que as motive. Quanto à questão do ratio professor/aluno e da média etária do corpo docente, o PIPC esclareceu que o que queremos é aumentar o corpo docente e começar a contratar novos docentes antes das aposentações. O PIPC manifestou a sua concordância com a criação do catálogo de unidades curriculares lecionadas em inglês. O PIPC informou ainda da promessa do Ministro do Ensino Superior, de ir ser publicado um decreto-lei que permite a realização de concursos internos os quais vão deixar de ficar dependentes do decreto-lei de execução orçamental e que deixam de ter o requisito dos 10 anos de antiguidade. -----

No final da intervenção do PIPC ausentou-se a conselheira Mariana Patrício. -----  
Usou da palavra a PCG, salientando que a sua intervenção inicial foi no sentido de chamar a atenção para as mudanças que somos obrigados a fazer se queremos ser uma instituição relevante, sabendo que nunca é fácil motivar para a mudança. Seguidamente a PCG colocou o PE a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos membros presentes, sem prejuízo do PIPC considerar as sugestões que foram feitas para melhorar alguns aspetos. -----

----- **C) OUTROS ASSUNTOS:** -----

----- **Ponto 4 - Outros assuntos.** Não foram discutidos outros assuntos. -----

----- Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de ter sido circulada por todos os conselheiros presentes e por eles aprovada, é assinada pela Presidente do Conselho Geral e por mim, Ana Cristina Abreu, que a secretariei. -----

